

Congresso

Uma auditoria que pode complicar Gustavo Faria

O deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) é o principal responsável pelas aplicações financeiras lesivas ao patrimônio do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) realizadas durante a sua gestão como presidente da instituição. Também o vice-presidente do IPC naquele período, senador Odacir Soares (PFL-RO), deve ser responsabilizado pelo menos na compra do segundo lote de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) com valor maior realizada em novembro do ano passado.

Essas são as primeiras conclusões a que chegou o atual presidente do IPC, senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), diante do processo de auditoria para investigar as aplicações feitas por Gustavo de Faria em TDAs, Títulos da Eletrobrás e debêntures de um complexo imobiliário em Búzios no ano passado. "Como presidente do IPC, Gustavo de Faria não pode se eximir de suas responsabilidades", afirma Bacelar. "O senador Odacir Soares, por sua vez, não sei se foi culpado ou apenas

conivente. O fato é que ninguém assina um documento sem saber do que se trata."

Ruy Bacelar, diz, porém, que poderá haver outros envolvidos na aplicação. O senador já tem convicção de que o IPC teve um grande prejuízo com as aplicações e adverte que o IPC terá que ser ressarcido. "Vamos ter que processar os culpados. E quando falo em culpado, posso estar falando em bancos, empresas, corretoras e ex-dirigentes".

Hoje, o senador e os demais

membros do Conselho diretor do IPC ouvem as financeiras Ética, Soma e Fundasemg, que intermediaram as transações. Amanhã serão ouvidos os deputados Mesias Soares (PTR-RJ) e Max Rosenmann (PMDB-PR) e os senadores João Lobo (PFL-PI) e Odacir Soares, membros da antiga diretoria, além do ex-diretor do IPC, Arnaldo Gomes. Na segunda-feira, Ruy Bacelar espera ter concluído a auditoria, para então reunir as lideranças do Congresso e comunicar o resultado.